



Poder Judiciário
Conselho Nacional de Justiça

DOD - AQUISIÇÕES COMUNS Nº 1942703 / SEMAP

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA - AQUISIÇÕES COMUNS

Unidade Requisitante: Seção de Material e Patrimônio

Responsável pela Demanda: Fernando Dias Machado

E-mail: fernando.machado@cnj.jus.br

Telefone para contato: 2326-4992

1 - Indicar a necessidade da aquisição, a vinculação da necessidade aos Objetivos Estratégicos constantes do Planejamento Estratégico e o alinhamento ao Plano ou Projeto a que a unidade orgânica deve observar.

Objeto: Aquisição de mesa de escritório para o gabinete da Secretária-Geral do CNJ.

Justificativa: Atualmente estão sendo utilizadas, no gabinete da Secretária-Geral do CNJ, uma estação de trabalho simples (com medidas de 1,40m x 1,40m) e uma mesa de reunião oblongo de apoio, para possibilitar a recepção de visitantes e autoridades.

Ressalte-se que essa estação de trabalho não segue os padrões estéticos e de acabamento do gabinete, o que afeta a integração visual com os demais elementos do ambiente.

Ademais, a estação utilizada é desproporcional ao tamanho do gabinete, por ser um mobiliário com dimensões relativamente pequenas, gerando uma falta de coerência visual e prejudicando a imagem e a harmonia geral do espaço.

Desse modo, diante da necessidade de otimizar o ambiente de trabalho do gabinete da Secretária-Geral do CNJ e proporcionar um espaço confortável e apropriado para as demandas específicas da autoridade, como a recepção de visitantes e autoridades, sugere-se a aquisição de uma mesa de escritório adequada e compatível com os aspectos estéticos do gabinete em questão.

É importante esclarecer que a mesa proposta para aquisição é um mobiliário especial, destinado a áreas nobres, com características distintas das mesas usadas nas áreas comuns de escritórios do CNJ.

Por fim, destaca-se que o objeto tem conexão com o objetivo estratégico para o período de 2021-2026, estabelecidos no inciso XI do art. 3º da Portaria n. 104/2020 - Presidência, pois visa "garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ".

2 - Explicitar a motivação e o demonstrativo dos resultados a serem alcançados com a contratação.

De forma geral, entende-se que essa mesa de escritório é essencial para garantir a melhoria na ergonomia, na organização do ambiente e no conforto geral do espaço de trabalho da referida autoridade, bem como para melhorar a estética do gabinete. Além disso, a aquisição da mesa representará um custo relativamente pequeno em comparação aos benefícios que proporcionará à imagem do órgão e do respectivo gabinete.

3 - Indicar o valor da aquisição pretendida que será estabelecido no Plano Anual de Aquisições como valor máximo para a demanda. Se necessário consultar o mercado antecipadamente para justificar o valor solicitado para a aquisição.

Com base na pesquisa realizada na internet (1942697, 1942699, 1942700 e 1942701), o valor de uma mesa de escritório adequada para o atendimento da demanda gira em torno de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), a depender da cor, material de acabamento e dimensões. Desse modo, entende-se que **o valor estimado da aquisição será de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).**

Registre-se que foi solicitado, por meio do Despacho SEMAP n. 1943577 (Processo n. 09937/2023), a inclusão do objeto no PCA-2024, bem como o remanejamento dos recursos necessários para possibilitar a aquisição da mesa.

3.1 - O pedido de inclusão no Plano de Contratação Anual com a indicação da origem dos recursos foi realizado no documento SEI n. 1943577.

4 - Qual a forma de contratação pretendida?

() Licitação (X) Dispensa - CatMat n. 7110 () Inexigibilidade

5 - Indicar previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços ou a entrega do material, permanente ou consumo.

Setembro de 2024.

6- Indicar a complexidade da contratação:

(X) Baixa () Média () Alta



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO DIAS MACHADO, CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO**, em 22/08/2024, às 15:00, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](#) informando o código verificador **1942703** e o código CRC **B60D6ACB**.